



II ENECULT



II ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Trabalho apresentado no II ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado de 03 a 05 de maio de 2006, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

"REFAZENDO TUDO": TRÂNSITOS ENTRE MÚSICA, CULTURA E POLÍTICA EM GILBERTO GIL

Andréa Coutinho Cavalcante*

RESUMO:

No projeto ETNICIDADES: ENTRE A CIDADE LETRADA E A RUA, insere-se o meu estudo das repercussões do imaginário da mestiçagem na intervenção político-cultural do músico e ministro Gilberto Passos Gil Moreira, no Brasil, a partir de leituras sobre o artista e sua obra, sobre a música popular e o tropicalismo e, ainda, da fundamentação teórica e histórico-cultural da investigação. Esta comunicação apresentará o resultado do mapeamento da transfiguração de Gilberto Gil na área cultural e da sua inserção na política nas décadas de 80 e 90, e a análise dos discursos e das reportagens veiculadas na mídia (no primeiro ano do compositor à frente do ministério) que dizem respeito às inter-relações entre atividade artística e atividade política do ministro, além da articulação com a sua produção musical.

PALAVRAS-CHAVE: EtniCidade; Gilberto Gil; música; políticas culturais.

Em janeiro de 2003, Gilberto Passos Gil Moreira assume o Ministério da Cultura do Governo de Luís Inácio Lula da Silva. Este fato, em se tratando de um artista negro baiano, é singular na história política brasileira. Como bolsista do projeto “EtniCidades: entre a cidade letrada e a rua”, me proponho a apresentar o resultado do mapeamento de aspectos relevantes para o início de uma atividade pública do compositor, tendo como base a seleção de entrevistas, discursos e matérias coletadas em Internet, revistas, jornais e livros. Além disso, meu estudo se interessa pelo trânsito de Gil pelo ministério, em seu primeiro ano à frente do MinC, e o novo aspecto de cultura que ele adota no mesmo.

* Universidade Federal da Bahia (Graduanda – Bolsista PIBIC/ CNPq do Projeto ETNICIDADES: ENTRE A CIDADE LETRADA E A RUA, coordenado pela professora Eneida Leal Cunha.)
email: andreacoutty@yahoo.com.br .

A minha pesquisa se interessou, num primeiro momento, pela história da atividade pública do ministro da cultura, Gilberto Gil. Na realidade, sabe-se que, como citado no livro *O Poético e o Político e outros escritos*, escrito por Antônio Risério e Gilberto Gil (1988), “é impossível escapar da dimensão política” e isso se faz ainda mais complicado quando se refere a um dos responsáveis pelo questionamento estético, comportamental, cultural intelectual, ocorrido nas décadas de sessenta e setenta, o Tropicalismo. Este movimento teve grande impacto estético-cultural na sociedade do período. Foi a chamada “revolução dos costumes”, mudança da vida cotidiana. A herança tropicalista ainda marca os atidores dessa geração. Caetano Veloso, Gilberto Gil, dentre outros, se configuram em símbolos de renovação da música popular brasileira. Mas, como diz Antônio Risério no livro *Avant-Garde na Bahia* (1995), esses atidores são “filhos especiais de um momento especial da vida baiana, no interior de uma conjuntura também especial da vida brasileira”. Na apresentação do citado livro, Caetano Veloso diz que o conhecimento do que aconteceu na Bahia nas décadas de cinquenta e sessenta revela o sentido de sua inserção no mundo. Por essa “conjuntura especial”, entende-se a agitação cultural baiana ocorrida, em grande parte, graças ao estímulo e até, muitas vezes, patrocínio do reitor da Universidade Federal da Bahia entre 1946 e 1962, Edgard Santos que, com a junção do Poder Econômico ao Poder Cultural pretendia a superação do atraso, dos “mais de cem anos de solidão” aos quais a Bahia foi contemplada após a transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1889 (Risério;1995). Ele foi o responsável pela vinda de vanguardistas europeus, em sua maioria perseguidos politicamente no contexto do nazi-facismo, para a Bahia, especificamente para a Universidade. Lina Bo Bardi, Koellreutter, Yanka Rudzka, Agostinho da Silva, além de outros, transformaram-na em centro de agitação cultural e re-inseriram o estado no debate estético-intelectual nacional. Precisamente neste período (1961-1964), Gilberto Gil passa pela Universidade, cursando Administração de Empresas e é contagiado pelo clima de intensos debates culturais que contribuíram para a explosão tropicalista.

O artista é um ser político, mesmo quando ele se declara apolítico ele está tendo uma postura política, e a presença de Gilberto Gil no cenário cultural, já na década de sessenta, com sua postura contestativa, confirma isso. Ainda mais quando se parte da premissa de que “A cultura é um elemento da política” (Feijó,1983). As intensas

manifestações culturais que permearam o tropicalismo estão relacionadas ao contexto político daquela geração, como, aliás, ocorre desde a Antiguidade Grega: o contexto político e social influenciando a vida cultural

Apesar de dar apoio a candidatos desde 1982, Gil só se envolveu na política partidária e exerceu cargo político a partir da segunda metade da década de 80. Através de entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo, em 06 de novembro de 1987, afirma que se colocou a disposição do então prefeito de Salvador Mário Kertész para assumir o cargo de Presidente da Fundação Gregório de Mattos, o que ocorre durante os anos de 1987 e 1988. Durante entrevista concedida a revista Veja, em 20 de janeiro de 1988, Gilberto Gil fala sobre seu deslocamento para a vida pública:

VEJA — Como foi sua saída do mundo das artes para entrar no da política?

GIL — Muito natural. Veio com esse sentimento maduro de responsabilidade social. Se sempre fiquei muito ligado às estruturas contestadoras, sempre na visão do diálogo crítico com o poder, com a administração do drama social, chegou o momento da maturidade. Aos 45 anos, depois de vitórias e derrotas, êxitos e falhas, conquistas e perdas, agora que a possibilidade de morte já não está mais numa ponta e a vida noutra, aí percebi que o poder pode se nutrir da poesia.

(RISÉRIO;1988, p.49)

Enfim, Gil se encontra, em 1987, ocupando o cargo de Presidente do que seria a Secretaria Municipal de cultura da Cidade de Salvador. Usando a experiência artística, a formação administrativa e as influências políticas, ele empreende, pela primeira vez, políticas culturais de governo: a utilização da política para proporcionar incentivos, patrocínios para a produção e disseminação de manifestações culturais. No decorrer de sua administração, o aspecto focalizado foi a restauração e preservação do patrimônio histórico e dos parques da cidade. O principal projeto que visou esse fim foi a recuperação do Centro Histórico da cidade, o Pelourinho, que é também a recuperação de uma memória histórica baiana: de massacre dos afro-descendentes. O projeto marca não só o rememoração de toda violência social imposta aos negros pela escravidão, mas também evidencia a herança cultural desses povos que conferiram a Salvador o título de cidade multicultural.

Os demais projetos, num total de vinte, desenvolvidos pela Fundação, naquele período, informam o desempenho e articulação de Gilberto Gil enquanto ocupante de cargo público.

Os principais visam a restauração dos vínculos com o Benin, o estímulo de produções e invenções culturais na periferia, recuperação e proteção de casas de candomblé, incremento de subcentros festivos e revitalização do grupo Mudança do Garcia, recuperação e disseminação de documentos do município.

No começo de 1988, Gilberto Gil empenha-se em conseguir a indicação pelo PMDB para candidato a prefeito de Salvador. Concede várias entrevistas sobre o assunto, talvez numa pretensão de “marketingzar-se”. No livro “O Poético e o Político e outros escritos”, no qual consta cinco entrevistas concedidas por ele em diferentes veículos, mostra ter interesse pela administração pública e redobrado fervor por desmistificar a imagem de artista como alguém alheio aos problemas da cidade.

Devido à intensa exposição *in media*, acaba por ser caricaturado no Programa “Chico Anysio Show”, no qual o humorista criou a personagem “Zelberto Zel” uma alusão clara ao compositor. No texto “Zelberto Zel: uma caricatura racista” diz Antônio Risério (1988):

a caricatura de Gil está montada basicamente em quatro linhas: 1) no estereótipo racista do preto boçal e/ ou do mulato pernóstico, de fala ‘difícil’, rebarbativa; 2) na exploração do estigma homossexual (ênfase no brinco, os trejeitos, a fala melíflua — o personagem é também um novo ‘painho’, o pai-de-santo gay); 3) no desprezo olímpico pelo voto e pela disputa eleitoral(...); 4) no estigma de artista irresponsável, delirante, dodivanas. Em suma, Gil é decodificado, via paródia, como um mulato boçal, elitista, leviano e aviado. (RISÉRIO; 1988)

Em entrevista concedida à revista “Isto é”, em 21 de setembro de 1988, Chico Anysio, quando indagado sobre o assunto, responde sarcasticamente que não via motivos para polêmica instalada. Ressalta a sensibilidade de Gil, se diz amigo, e afirma que o mesmo não ficara abalado com o episódio. E complementa:

Chico — Uma grande bobagem, os caras que assessoravam o Gil na política na Bahia é que reagiram. Na verdade, o personagem veio porque havia um charme no candidato-cantor à Prefeitura de Salvador.

Isto é — O personagem não atrapalhou a campanha dele?

Chico — Acho que valorizou a imagem dele.

Isto é — E não tirou a candidatura dele a prefeito?

Chico — Para mim, quem tirou a candidatura do Gil a prefeito foi o próprio Gil. O Gil perdeu a indicação por excesso de cultura.

(Veja, 21/09/1988, p.12)

No mesmo programa no qual foi caricaturado, Gilberto Gil apresenta pela primeira e única vez a música “Pode Waldir?”. Na letra, Gil não mede as palavras e desabafa o preconceito que sofreu durante a pré-candidatura.

(...)Pra prefeito, não/ Pra prefeito, não/ E pra vereador:/ Pode, Waldir? Pode, Waldir? Pode, Waldir?/ Prefeito ainda não pode porque é cargo de chefia/ E na cidade da Bahia/ Chefe!, chefe tem que ser dos tais/ Senhores professores, magistrados/ Abastados, ilustrados, delegados/ Ou apenas senhores feudais/ Para um poeta ainda é cedo, ele tem medo/ Que o poeta venha pôr mais lenha/ Na fogueira de são João/ Se é poeta, veta!/ Se é poeta, corta!/ Se é poeta, fora!/ Se é poeta, nunca!/ Se é poeta, não!(...)

(RENNÓ, 1996, p.326)

No refrão “Se é poeta, veta!/ Se é poeta, corta!/ Se é poeta, fora!/ Se é poeta, nunca!/ Se é poeta, não!” denuncia a desconfiança dos líderes políticos em relação à classe artística. Na repetição da estrofe, já no fim da música, ocorre uma mudança no último verso e a especificação do alvo de intolerância: “Se o poeta é Gil!”. A estrofe com a qual inicia a música (“Pra prefeito, não/ Pra prefeito, não/ E pra vereador:/ Pode, Waldir? Pode, Waldir? Pode, Waldir?”) é a mesma com que termina, ironizando a candidatura para vereador concedida pelo líder do PMDB. A indignação irônica de Gil, enquanto alvo de imagens estereotipadas de negro, baiano e artista, entre outras coisas, se faz presente no decorrer da música.

Razões políticas ou preconceito, o fato é que o artista teve sua candidatura vetada por Waldir Pires e acabou desistindo de vez de concorrer à prefeitura, optando pelo cargo de vereador.

Após ter sido, de certa forma, agredido ao ter sua candidatura para prefeito vetada, Gilberto Gil assume uma postura política que traz a influência do movimento hippie das décadas de 60 e 70, na medida em que concentra suas práticas legislativas em prol da preservação do meio ambiente. Envolve-se em diversos projetos ambientais, ingressa no Partido Verde como Membro da Comissão Nacional Executiva e cria a Fundação não-governamental Onda Azul, que se dedica ao estudo e conservação dos recursos hídricos.

Gil também dá mostras da influência hippie ao compor a música Refazenda, em 1975, que poderia ser interpretada como uma chamada “conscientizadora” para questões relativas ao meio ambiente e é considerada por Gil como uma “reiteração do diálogo com a

natureza e do aprendizado do seu ritmo”. Antonio Risério, no livro Gilberto Gil Expresso 2222 (1982), também não foge a esta interpretação: “a música é o entendimento íntimo da natureza, do ritmo da vida vegetal, faz com que esta apareça então como uma espécie de ensinamento visível e silencioso pelo qual a vida humana deveria se orientar”. Ainda seguindo sua interpretação, o “abacateiro”, que se repete em todas as estrofes, seria “uma percepção estética tributária da imagem da Árvore da Vida”.

Também participou, em 1989, da implantação do Centro de Referência Negro-Mestiça, o CERNE, que visava, em primeiro plano, a captação, produção e disseminação de informações referentes à afro-descendência brasileira.

Com o término do mandato, se afasta da vida pública e sua atuação política se restringe ao âmbito musical, apenas participando do projeto Comunidade Solidária do governo de Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 e 2002, para o qual compõe, no ano de 1995, a música intitulada “Comunidária”.

Na transição para o segundo mandato de Fernando Henrique, seu nome é cogitado para Ministro do Meio Ambiente, mas acaba sendo preterido por José Sarney Filho. Em entrevista ao Jornal do Comércio, em junho de 1999, Gilberto Gil ao ser indagado sobre o assunto, diz que não foi aceito para o cargo porque seu nome vinha acompanhado de uma proposta que representava o pensamento do Partido Verde, e o governo preferiu colocar no cargo um representante do PMDB que tinha o peso do nome e a influência política da família.

Ainda em 1989, Gilberto Gil compõe a música “O eterno deus Mu dança”.

“Sente-se, o que chamou-se Ocidente tende a arrebentar/
Todas as correntes do presente para enveredar/
Já pelas veredas do futuro ciclo do ar/
Sente-se!
Levante-se! Prepare-se para celebrar/
O deus Mu dança!”

(RENNÓ; 1996)

Segundo ele, o motivo principal da canção é a idéia paradoxal da transformação como a única constante do universo. Na contemporaneidade, a “mudança” clamada por Gil, ou o anseio pela mudança, é vivenciado sobre um desejo de reordenamento da perspectiva cultural do Ocidente. Ao invés de simplesmente anunciar um novo ordenamento social, no que se refere, principalmente, às desigualdades sociais, ele incita a ruptura com os ideais, os pensamentos instituídos no imaginário da sociedade hegemônica, que resultam no acorrentamento, no subjulgamento, na escravização histórica. Ainda no

que se refere à música destacada, as “veredas”, citada por ele, poderia ser o novo caminho, os pequenos atalhos, as estradas de barro por onde teria que passar a fim de desestabilizar os “valores” que a globalização instituiu: o símbolo da herança colonial (considerando a globalização a partir das grandes navegações), a destruição do outro, a escravidão, as hierarquias, a dicotomia, a modernização desigual, o capitalismo, a racionalidade autoritária e a consagração e o confinamento da cultura concebida como as altas expressões da arte, canônica ou não.

Em 2003, Gilberto Gil assume, após apoiar publicamente a campanha para presidência de Lula e em meio a muita polêmica acerca de sua indicação, o cargo de Ministro da Cultura. No seu discurso de posse, em 2 de janeiro de 2003, Gilberto Gil aponta a necessidade de trilhar esses novos caminhos:

não se trata somente de expressar, refletir, espelhar. As políticas públicas para a cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinais, como caminhos necessários, como atalhos urgentes. Em suma, como intervenções criativas no campo do real histórico e social. (GIL; 2/1/03)

Os verbos expressar, refletir, espelhar indicam uma compreensão de cultura que está sendo recusada: conceito acadêmico, restritivo e elitista de cultura, conjunto das formas canonizadas pela cultura ocidental-européia. Por isso o artista Gilberto Gil precisa ajudar o intelectual e o político a inventar uma nova palavra: “mentefatos”. O compromisso verbalizado no discurso de posse e o eixo de mudanças que está sendo anunciado é claro e preciso: “a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso País”. Esta afirmação indica a sintonia ou a cooperação entre o artista, o intelectual e o político, evidenciando que, para Gil, a transformação principal necessária no âmbito da cultura é possibilitar a expressão (cultural, portanto social e política) daqueles que são silenciados pela cultura hegemônica. Devido a isso, ainda em seu discurso de posse, Gil traz a metáfora do “do-in antropológico”, a necessidade incentivar e promover, considerando-se todos os estratos da sociedade, a cultura. Massagear, ativar os pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país, enfim, “avivar o velho e aticar o novo”.

Ainda no seu discurso de posse, Gilberto Gil diz:

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi a mais eloqüente manifestação da nação brasileira pela necessidade e pela urgência da mudança. Não por uma mudança superficial ou meramente tática no xadrez de nossas possibilidades nacionais. Mas por uma mudança estratégica e essencial, que mergulhe fundo no corpo e no espírito do país.

(GIL; 02/01/2003)

Na fala de Gil, percebe-se que sua indicação para o ministério seria, portanto, uma parte integrante desse processo de mudança, sendo assim uma escolha simbólica relacionada à própria história de vida do presidente. A presença de ambos no poder, na medida em que se trata de um operário, um homem de origem humilde e de um músico, um compositor, “negromestiço”, como ele mesmo se define nos discursos, faz-se particular pois eles estão distantes, ou mesmo antagônicos, do papel que o Ocidente reservou como lugar de poder e de valor cultural na sociedade, restrito a uma elite branca.

Em diversos de seus discursos, mesmo no primeiro, Gil define seu entendimento de cultura, como

tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. (GIL; 02/01/2003)

A classificação de Gil evidencia o inesperado, na medida em que ele adota, como primeira mensagem, uma preocupação em utilizar um conceito que abarque também as expressões culturais marginalizadas e não somente a considerada erudita, letrada. Para ele, mais do que financiar cultura, cabe ao MinC, como setor do governo que cuida desses aparatos, um trabalho pedagógico e exemplar para ampliar (e assim democratizar) os horizontes da produção e do consumo cultural, pois

formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. (GIL, 02/01/2003)

Com isto, deixa claro a perspectiva de democratização da cultura no seu ministério. No texto “Dimensões da Cultura e Políticas Públicas”, Isaura Botelho diz que democratização cultural

(...) não se trata de colocar cultura ao alcance de todos, mas de se fazer com que todos os grupos possam viver sua própria cultura. A tomada de consciência dessa realidade deve ser uma das bases da elaboração de políticas culturais, pois o público é o conjunto de públicos diferentes: o das cidades é diferente do rural, os jovens são diferentes dos adultos, assim por diante, e esta diversidade de públicos exige uma pluralidade cultural que ofereça aos indivíduos possibilidades de escolha.

(BOTELHO; 2004)

Entretanto, é preciso destacar que não apenas a mudança no conceito e nos valores culturais, visando essa democratização, estão sendo consideradas, mas também todas as dimensões de culturas, como a política externa e a economia. Assim, Gil propõe a afirmação do país na cena planetária, através da veiculação internacional das visões de mundo próprias do brasileiro. A tentativa de aproximação do Ministério da Cultura com o Ministério das Relações Exteriores, visando uma ampliação da importância do primeiro, faz-se, na medida em que, segundo o próprio presidente Lula, “o prestígio internacional conquistado pelo ministro por causa de seu trabalho como cantor também tem servido para vender uma imagem positiva do país”. Além disto, não se pode deixar de lado a estreita relação entre a cultura e a economia, sobre a qual o ministro chama a atenção:

um bem simbólico é um produto cultural, político e econômico – simultaneamente. Como envolve custos de criação, planejamento e produção é, obviamente, uma fonte geradora de emprego e renda. Uma fonte de lucro para empresas e de captação de divisas para países exportadores de bens e serviços culturais. Ou seja: além de dar emprego em casa, a produção cultural pode trazer dinheiro de fora.(...) O Brasil é um país exportador de bens e serviços culturais. Nossos filmes repectam no exterior. Nossa música popular tem hoje uma notável presença no mundo(...).

(GIL; 20/ 03/ 2003)

Essa idéia de uma economia da cultura que auxiliaria na recuperação econômica, não no que se refere exclusivamente ao Brasil, mas da América Latina como um todo, disponibilizando uma nova visão da mesma, é defendida por Néstor García Canclini (2003), no texto *Reconstruir políticas de inclusão na América Latina*. No Brasil, segundo dados expostos por Cristiano Braga, no texto *A cultura nas políticas e programas do Sebrae*, publicado em 2003, a cultura movimenta em torno de R\$ 7 bilhões por ano. Por isso, para o autor,

discutir estratégias de desenvolvimento em qualquer país do mundo requer considerar a dimensão cultural. Não se pode propor uma estratégia

desenvolvimentista sem ter em mente as complexas inter-relações entre a economia e a cultura e sem considerar os anseios daqueles a quem se destina, seja a comunidade, sejam os indivíduos em particular.

(BRAGA; 2003)

Apesar da relevância da cultura para o PIB nacional, Gil enfrentou, e ainda enfrenta problemas no orçamento de sua pasta. Em 10 de fevereiro de 2003, o MinC sofreu um corte de 51%, ficando restrito a 0,2% do total da União. Ainda neste ano, o ministério foi palco de outros problemas referentes a cortes, desta vez 57% do orçamento, a ponto de Gil ameaçar deixar o ministério. Na reportagem divulgada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 7 de maio de 2005, crítica: "É preciso ver a cultura como algo essencial e não apenas como um vaso de flores que ornamenta os corredores do palácio do governo ou da elite".

É preciso ressaltar, ainda, que a idéia da mudança defendida por Gilberto Gil está distante da concepção moderna de que a transformação e o progresso devem necessariamente decorrer da recusa cabal de tudo o que já foi feito, da permanente inovação. Como ensina Jean-François Lyotard (1987), ao avaliar e conceituar o “pós-moderno”, os movimentos mais inovadores ou privilegiados em nosso tempo podem ser reunidos em palavras e ações que têm em comum o prefixo “re”: rever, reverter, recriar, repensar, ressignificar, reconfigurar, refazer. O refazer exige, antes de tudo, a certeza de que o que existe pode ser transformado.

A letra da música Refazenda, já mencionada anteriormente, *Abacateiro/ Sabes ao que estou me referindo/ Porque todo tamarindo tem/ O seu agosto azedo/ Cedo antes que o janeiro/ Doce manga venha ser também*, insinuam que antes de uma doce manga vem o gosto azedo do tamarindo. O segmento negro passou por um longo processo de extermínio de seus valores culturais, pelos estereótipos negativos que permaneceram, ou permanecem, no imaginário hegemônico ocidental. Porém, a cultura negra (e aqui me refiro do ponto de vista do seu legado cultural aos afro-descendentes) tinha raízes profundas que mesmo podadas pela violência colonial não morreu. Ao contrário, ela renasceu, resignificada nas culturas para as quais foram transplantadas. Na letra, a ancestralidade cultural está sendo representada não somente pelas raízes fortes, mas também pelo próprio abacate que é um fruto cujas sementes são grandes, representando o anseio pelo futuro. Stuart Hall considera que a África imaginária emergida do “gosto azedo” da diáspora e da escravização é a

África mais potente de nossos dias, pelo seu poder de questionar e desautorizar as construções do Ocidente. E esse é o doce manga.

Como afirma Antônio Risério (1988) “é impossível escapar da dimensão política” e, partindo do pressuposto de que a arte por si só já engloba a política, sendo o artista um homem politizado, mesmo quando ele não se envolve nos “podres poderes” da vida pública, é preciso fazer esclarecimentos no que concerne a essas esferas. A problematização acerca dos limites entre a política e a arte se dá no momento em que um artista decide inserir-se na atividade política institucionalizada, assumindo cargos na administração pública ou candidatando-se a mandatos político através de eleições. Mas a entrada na vida pública não exclui o artista, muito pelo contrário. As criações musicais não são esquecidas por Gilberto Gil quando ele assume cargos públicos. Mesmo porque, como disse em entrevista concedida a revista *Veja*, em 21 de julho de 2004, “as pessoas sabem que eu sou Gilberto Gil cantor, compositor e que *estou* ministro”. Antes de qualquer coisa, Gil é um artista.

REFERÊNCIAS:

- BOTELHO, Isaura. *Dimensões da Cultura e políticas públicas*. <http://www.scielo.pt>, em junho de 2004.
- BRAGA, Cristiano. A cultura nas políticas e programas do Sebrae. In.: *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.
- CANCLINI, Nestor García. Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. In.: *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é política cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LACERDA, Francisco J. Neiva. *Gilberto Gil: Partículas em suspensão*. Niterói: EdUFF (Universidade Federal Fluminense), 2002.

LYOTARD, Jean-François. O Pós-Moderno Explicado às Crianças. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

MACÊDO, Flávio Vinícius de. A Estrutura do Ministério da Cultura e a Lei Rouanet. In: *Ação Cultural: Idéias e conceitos*, Org.: Lúcia M. BARBOSA, , Maria do R. N. BARROS, Maria da Conceição BIZERRA. . Recife: FJN, Editora Massagana, 2002.

MARQUES, Carlos José. A política é um circo. *Revista Isto é*. Número 992. São Paulo:21/09/1988, p. 3,6,10 e 12.

OYAMA, Thaís; MARTINS, Sérgio. Eu grito, sim. *Revista Veja*. Número 29.São Paulo: 21/07/2004, p.11-15.

RENNÓ, Carlos. *Todas as letras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RISÉRIO, Antônio (Org.). *Gilberto Gil, Expresso 2222*. Salvador: Corrupio, 1982.

RISÉRIO. Antônio; GIL, Gilberto. *O poético e o político e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RISÉRIO, Antônio. *Avant-Garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina e P. M. Bardi, 1995.

WISNIK, José Miguel. Algumas questões de música e política no Brasil. In: *Cultura Brasileira: temas e situações*, Org.: Alfredo Bosi. São Paulo: Ática, 1999.